PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE
Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.
E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 393ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ás nove horas e quarenta e um minuto, do dia trinta de março de dois mil e vinte três, reuniram- se no "Grupo da Fraternidade Irmão Altino" sito à Rua Álvares Cabral, nº 381 – Campo do Galvão, os membros deste conselho com a presença de dezenove membros, sendo quatorze titulares e cinco suplentes. Com a palavra a presidente Maria Cecília desejou bom dia a todos, agradeceu a presença e deu início à reunião colocando em votação a atas da trecentésima nonagésima primeira e trecentésima nonagésima segunda reunião ordinária e ambas foram aprovadas por unanimidade. Informou que o conselho recebeu a cópia de dois requerimentos solicitados pelo vereador Marcelo "Da Santa Casa" e caso algum conselheiro queira se inteirar encontra-se com a mesa diretora. Fez a leitura do ofício 12.2023, protocolado na associação dos aposentados e pensionistas de Guaratinguetá, notificando a exclusão da representatividade no COMUS, devido ao cumprimento do artigo 94 e artigo 100, do regimento interno do COMUS. E em consequência, tivemos uma resposta positiva da APEOESP, firmando interesse pela representatividade como usuário no conselho municipal de saúde. Foi publicada no diário oficial a troca dos representantes da OAB, terá como titular a conselheira Fabiana Marongio que justificou sua ausência na reunião de hoje, firmando compromisso com as próximas. Fez a leitura do ofício 09.23 encaminhado para a secretária de saúde e em seguida fez a leitura do ofício resposta da secretária referente ao portão da delegacia de ensino, no espaço físico do Centro de Saúde. Dando continuidade informou que recebeu um ofício da comissão de visitas questionando o protocolo da medicação de uso controlado e contínuo e fez a leitura do mesmo, explanou para todos que foi protocolado na secretaria de saúde um ofício 11.23, a pedido do conselheiro Adilson Lopes com os questionamentos iguais e fez a leitura do mesmo, e a comissão de visitas concordou que ambos os ofícios tratavam do mesmo assunto, estando de acordo a não necessidade de enviar novamente a mesma solicitação. Não havendo Informes do Gestor, deu continuidade com a Ordem do Dia. **Ordem do Dia: A-Explanação Dra. Marlene Avelar coordenadora do CEO.** Com a palavra a presidente Maria Cecília apresentou a Dra. Marlene Avelar e passou a palavra para a mesma. Com a palavra a Dra. Marlene Avelar desejou bom dia a todos e agradeceu a oportunidade e o convite por poder compartilhar e apresentar o funcionamento e os trabalhos que são realizados no CEO. Após a apresentação abriu para questionamentos dos conselheiros. Com a palavra o conselheiro Sidney Higino questionou para onde é encaminhado o paciente com dor de dente. Com a palavra a Dra. Marlene Avelar explicou que o atendimento de urgência é realizado no CEO, porém nada impede do paciente procurar atendimento na unidade de saúde referente ao seu bairro. Com a palavra o conselheiro Sidney Higino perguntou qual o procedimento do paciente com dor para retirada de dente ou tratar o canal. Com a palavra a Dra. Marlene Avelar respondeu que isso depende da avaliação técnica do plantonista, se é extração ou canal e se for canal, o plantonista já dá o encaminhamento para o tratamento, isso é protocolo. Se não houver resolução do dessa situação em si, a falha é do profissional. E orientou caso seja necessário uma reclamação que seja feito por escrito, para que possamos solucionar. Com a palavra o conselheiro Sidney Higino questionou sobre o tempo hábil para moldes de prótese. Com a palavra a Dra. Paula que és responsável pelas próteses respondeu que primeiro é feito uma consulta de avaliação e triagem, o paciente estando tudo certo, é feito a moldagem e encaminhada ao laboratório, com tempo médio de uma semana a dez dias para retornar. Da primeira moldagem até a data de entrega, vou chutar em média de um prazo de dois meses. Com a palavra a Dra. Marlene Avelar acrescentou que foi feito uma triagem para priorizar os desdentados, pois temos uma grande demanda de prótese. Com a palavra a conselheira Dilene Martins questionou como é feito o tratamento de ATM. Com a palavra a Dra. Marlene Avelar explicou que não

temos dentro do CEO o tratamento de ATM, pois não é preconizado na portaria, mas os bucos avaliam o paciente e eles fazem de acordo com o que temos de atendimento em nossa complexidade, ATM geralmente caminhamos para Taubaté que é nossa referência. Com a palavra a presidente Maria Cecília questionou sobre o custeio do CEO. Com a palavra a secretária Maristela Macedo alegou que o custeio que o ministério manda não paga nem o RH que está dentro do CEO, o município complementam, para compras de materiais, equipamentos, atendendo ao que for preciso. Acrescentando que todo o material comprado é de qualidade, expondo que quando assumiu a gestão ficou horrorizada com a má qualidade das próteses que foram compradas nas gestão passada, o que o ministério manda é sempre irrisório, melhora um pouco a tabela na alta complexidade. Com a palavra o conselheiro André Monteiro aproveitou para elogiar o trabalho dos dentistas da rede e agradeceu ao serviço de retaguarda de buco-maxilo que é prestado com total excelência aos pacientes de urgência e emergência da UPA, afirmando ser um serviço muito assertivo, de excelência e de pronta resposta. Com a palavra a presidente Maria Cecília agradeceu a apresentação e a disponibilidade da Dra. Marlene e Dra. Paula para explanação parabenizando as pela excelência de serviço prestado. Com a palavra a secretária Maristela Macedo acrescentou que substituiu todos os dentistas de ESF e todas as unidades estão com dentistas concursados por quarenta horas, onde liberou mais dentistas para rede, com as reformas acabamos intensificando o atendimento dentário nas escolas. Deixou que temos na rede um número de dentistas renomados em nosso município. Com a incorporação tecnológica, as melhorias na qualidade do material, a qualificação do profissional, têm um serviço de referência. E a última concentração, como toda a secretaria, está na questão da prevenção que foi retomada após a pandemia e podemos observar nas escolas o quanto o número de cáries diminuiu, engrenamos efetivamente um sistema de saúde bucal no município para ver se conseguimos criar uma geração mais saudável. **B-) Deliberação Habilitação da UPA Nível III:** Com a palavra a enfermeira Jucely Lemes Barbosa Junqueira coordenadora do serviço de urgência e emergência do município de Guaratinguetá, desejou bom dia e explanou que estamos no processo de envio de documentos para o ministério da saúde para a habilitação da UPA nível III, e dentre os documentos solicitados, pedem também o termo de compromisso assinado pela secretária de saúde Maristela Macedo e aprovado pelo COMUS. A presidente do COMUS Maria Cecília leu o Termo de Compromisso na íntegra "Conforme exigência dos Art. 891 e 893, da portaria de Consolidação MS/GM nº 6, de 28 de setembro de 2017, dos recursos de custeio, assumo o compromisso de Funcionamento da UPA 24h, Dr Geraldo José Rodrigues Alckmin, Guaratinguetá SP CNES nº 3840537, com a opção de custeio VIII e Nº de 11 profissionais médicos 24h para o funcionamento da Unidade constante no Art. 889 para Unidades Novas" e explicou que essa é a exigência do Ministério da Saúde, abriu para dúvidas dos conselheiros, não havendo, abriu para aprovação da deliberação da habilitação da UPA nível III e foi aprovada por unanimidade. **C- Termo Aditivo SAMU**: Com a palavra o conselheiro André Monteiro explanou que foi firmando o contrato em quinze de abril de dois mil e vinte e um e esta encaminhando esse termo ao município alegando não ter havido alteração contratual, estamos chegando há quase dois anos após o firmamento do contrato, desde o ano passado encaminhamos ao munícipio a solicitação de um ajuste, temos um sistema de regulação onde o prestador quer ajuste, temos os plantões médicos que solicitam o ajuste e principalmente devido à disparidade do valor do plantão médico da UPA com relação ao SAMU estamos encontrando dificuldades de encontrar médicos. Com o valor proposto pelo município de trinta e cinco mil reais não iremos conseguir equiparar os valor do plantão do SAMU com o da UPA, porém, é algo que começa a trazer um pouco mais de satisfação ao profissional médico, com o intuito de manter a

continuidade. Lembrou que o contrato não sofre variação nos últimos dois anos, então estamos solicitando esse ajuste e no mês passado a contrapartida apareceu nos trinta e cinco mil e veio para prestação e apreciação dos conselheiros quanto a essa possibilidade. A aplicação obviamente aumenta se o plano de trabalho, lembrando que a Santa Casa não recebe nem um real sobre gestão, ela simplesmente faz a gestão, se houver ao término do contrato qualquer tipo de sobra, esse dinheiro será todo restituído aos cofres públicos. Acrescentou que o valor do contrato inicial era de quatrocentos e onze mil, no ano passado tivemos o agregador da manutenção de frotas, um serviço que era de responsabilidade do município e a Santa Casa assumiu, não havendo no passado aumento de contrato, simplesmente o dinheiro por ter assumido a manutenção das frotas naquele momento, inclusive recebemos requerimento da câmara e do ministério público, onde foi respondido e apresentado na prestação de contas na Câmara Municipal. O que estamos discutindo hoje é basicamente o reajuste do contrato. Com a palavra a presidente Maria Cecília afirmou que essa foi à apresentação do termo aditivo para ciência e apreciação dos conselheiros. Dando continuidade, afirmou que teria como pendência o regimento interno e a lei orgânica do município, colocou que a solicitação desse assunto foi feita pelo conselheiro Adilson Lopes, e que esse assunto foi discutido em outras reuniões. Com a palavra a secretária executiva Maira Almeida explanou que o conselheiro Adilson Lopes esteve no local antes de começar a reunião e solicitou por escrito o cancelamento desse tema regimento interno e lei orgânica, por não poder permanecer a reunião por motivos de trabalho. Deixou que ao entregar a solicitação para a presidente e mesa diretora, foi decidido que se a pauta foi solicitada permaneceria para a discussão do pleno independentemente se o conselheiro estivesse presente, podendo assim solicitar novamente esse tema para uma próxima reunião que o esteja presente. Informou que foi enviado o material para apreciação dos conselheiros e expôs que a intenção era discutir o artigo 182, deixando não saber ao certo o que o conselheiro queria discutir, porém com base no artigo, seria sobre a alteração da lei para que o presidente do COMUS, não necessariamente seja profissional de saúde. Informou que para alteração da lei é necessário à maioria do pleno estar de acordo, para poder solicitar a alteração na Câmara Municipal. Com a palavra a presidente Maria Cecília acrescentou que no passado foi feito essa solicitação, alegando ter tido essa discussão em reuniões do COMUS. Com a palavra o conselheiro Sidney Higino colocou que o conselheiro Adilson Lopes pediu para retirar esse assunto da pauta por não ter o pleno todo durante a reunião e a maioria não ser do segmento usuário, ele queria completo. Com a palavra a conselheira Dilene Martins deixou que sua opinião seria que se ele solicitou ele deveria estar presente e justificar sua posição por não estar na paridade. Com a palavra o conselheiro André Monteiro contribuiu firmando não ser problema chamar esse assunto para pauta novamente, como está na pauta, deveremos dar continuidade e se no próximo mês achar necessário, coloca em pauta novamente. Acrescentou sobre a notificação ao Ministério Público, sobre a paridade e deixou que sua opinião pessoal é contra o presidente do COMUS não ser profissional de saúde, representando a instituição, sou contra, pois é a característica do conselho, teria a mesma incoerência por exemplo o conselho da educação não ser presidido por um educador. Afirmando que a mesa diretora precisa ser multidisciplinar, sabemos que o presidente não delibera nada sozinho, mas o norteador de ações é importante ser um profissional do ramo. Se chegar ao momento de ninguém tiver interesse de se candidatar, faz necessário informar o ministério público, expôs que seu voto é contra. Com a palavra a conselheira Fernanda Muriano, colocou que também é contra, dizendo que esse assunto foi discutido inúmeras vezes nas reuniões do COMUS, que é um assunto que percorre por anos atrás e foi resolvido, para ser presidente tem que ser um profissional da saúde. Com a palavra a secretária Maira

ATA DA 393ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Almeida explanou que com relação à paridade que foi citada pelo conselheiro André Monteiro, diante aos fatos da substituição da Associação dos Aposentados e Pensionistas pela APEOESP, a paridade se dará por exata. Questionou a conselheira Dilene Martins sobre os delgados da última conferência com relação a sua proposta de dar continuidade ao conselho gestor local. Com a palavra a conselheira Dilene Martins colocou que está em andamento e vamos conversar em particular com cada delegado eleito. Com a palavra a secretária Maira Almeida colocou que com a APEOESP agregando e a nova substituição da cadeira da OAB atuante, afirmou que a paridade está correta com essas mudanças. Com a palavra a presidente Maria Cecília, aproveitou para fazer a votação sobre dar continuidade à alteração da lei orgânica do município, questionando quais conselheiros do pleno seriam a favor do presidente do COMUS ser profissional da saúde. Tendo como resultado oito conselheiros votando a favor do presidente do COMUS se manter profissional da saúde, nenhum voto contra e quatro abstenção. Com a palavra a conselheira Dilene Martins justificou sua abstenção, pois acredita que a questão não é ser a favor ou contra, que sim precisa ser estudada a lei que rege, alegando um alinhamento entre a lei federal e a lei orgânica do município. Com a palavra a secretária Maristela Macedo explanou que a lei federal deixa essa questão ao encargo das leis orgânicas municipais. Alegou que cada conselho tem sua característica e precisa ter na presidência alguém que entenda. Haja vista a colaboração que este conselho deu com relação à fisioterapia, emponderou esse município para chamar os fisioterapeutas estudando e reelaborando o protocolo da classe, agora se a lei federal obrigasse, como obriga dizendo que o secretário não pode ser o presidente, pois não faz sentido algum o secretário querer ter o controle de um órgão importante como o da participação popular, além de não ser democrático. Por isso que a lei federal garante que não seja o secretário, deixando ao encargo da lei orgânica. Se não houver satisfação podemos voltar com a pauta novamente. Com a palavra o conselheira Maria Elizabeth deixou que para pegar a presidência do conselho é necessário ser alguém que entenda de saúde, pois não adianta deixar na mão do usuário que tem os reclames da população, mas não tem o conhecimento do outro lado que não é brincadeira, é preciso entender bem. Com a palavra o conselheiro Sidney Higino alegou que por esse motivo foi pedido para retirar esse tema da pauta, pois o conselheiro Adilson deveria estar presente para defender a visão dele. Pelo o que conversamos, pedimos para que o regimento seja seguido na linha. Em outra reunião o mesmo ia pontuar o que julgava não ser correto no cumprimento do regimento, porém ele não encaminhou essa pontuação. Com a palavra o conselheiro Jonathan Dias expôs que também é contra, alegando que o presidente tem que ser profissional da saúde, seguindo o regimento, que diz que qualquer conselheiro que não esteja seguindo o regulamento, o mesmo poderá fazer uma reclamação, que seja documentado, pois cabe a nós como conselheiro fazer com que regimento seja cumprido. Com a palavra a secretária Maristela Macedo colocou não saber o que não está sendo cumprido do regimento e assim o questionou. Acrescentou que se você é um detentor de um conhecimento, não divide esse saber com as pessoas, vê alguém fazendo algo que não condiz involuntariamente e não é falado, não tem definição para isso, consigo definir quando você partilha seu conhecimento com o outro, isso é generosidade na acepção da palavra, agora se está errado é só falar, pois estamos aqui para acertar e não errar. Caso sinta necessidade solicitar essa pauta novamente em um dia que o que o solicitante esteja presente na reunião. Com a palavra a conselheira Dilene Martins fez a leitura do relatório de visitas realizada nas unidades de saúde, informando que por motivos técnicos não foi encaminhado para os conselheiros, mas que assim o fará. Com a palavra a presidente Maria Cecília informou que o relatório será encaminhado via e-mail para que os conselheiros fiquem cientes das pontuações feitas pela comissão de visitas. Aproveitou para

comunicar aos conselheiros que juntamente com a conselheira Silvana Carneiro participaram da apresentação do no novo protocolo de fisioterapia que foi aprovado pelo conselho, participamos com ouvinte da reunião que teve com a subsecretária Bianca Muller e a equipe de fisioterapia. Relatou que coincidentemente recebemos uma reclamação através do conselheiro Sidney Higino, um paciente que está sendo avaliado para prótese e o médico solicitou trinta sessões de fisioterapia, porém o paciente vai ate o setor de fisioterapia e não consegue dar continuidade ao tortamente realizando somente cinco sessões. Resumiu que esses tipos de reclamações já existiam e o protocolo foi alterado em cima dessas pontuações feitas pela população, pela secretaria e pelas visitas dos conselheiros. O novo protocolo entra em vigor a partir do dia primeiro de maio, sendo que no primeiro atendimento sairá com todas as sessões solicitadas agendadas, para que retorne com o médico e seja reavaliado de uma forma com que foi preconizado o tratamento para ele. A presidente Maria Cecilia abriu para mais colocações e não havendo, agradeceu a participação e presença de todos os conselheiros não havendo nada mais a tratar encerrou a reunião ás onze hora e três minutos, lavrando-se á presente ata que vai assinada por mim Maira Regiane de Almeida que secretariei e pelos demais membros.

Deliberação:

B-) Deliberação Habilitação da UPA Nível III : Aprovado por unanimidade o termo de compromisso da Habilitação da UPA nível III, nos termos descritos á cima.